

FIEMA

SESI

SENAI

IEL

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

www.fiema.org.br

Presidente: Jorge Machado Mendes

1º Vice-presidente: Geneci Góis Rosa

Vice-presidentes: Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Carlos Augusto Fonseca Mendes, Cirilo José Campêlo Arruda, Edilson Baldez das Neves, Francisco Carlos Ribeiro Santos, Francisco Sales Alencar, João de Deus Pires Leal Neto, Jorge Garcia de Deus, José Antonio Buhatem, José Augusto Batista, José Orlando Soares Leite Filho, José Raimundo Lima, José Raimundo Nunes Sarmiento, José Ribamar Barbosa Oliveira, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Pedro Robson Holanda da Costa, Rubemar Coimbra Alves, Wanderley Silva de Oliveira e William José Nagem

1º Secretário: Leopoldo Debtz de Moraes Rêgo

2º Secretário: Rachid Abdalla Neto

1º Tesoureiro: José de Ribamar Fernandes

2º Tesoureiro: José Ribamar Pereira

Conselho fiscal: Eduardo de Souza Leão, Franklin Delano Marinho Rocha e José Seabra Godinho

Suplentes: Carlos Alberto Ferreira da Silva, Neife Abdalla e Paulo Sérgio de Assunção Santiago

Presidentes dos sindicatos afiliados: Alberto Abdalla, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito Bezerra Mendes, Edvan da Silva Amâncio, Joanas Alves Silva, João de Deus Pires Leal, João Neto Franco, José Antônio Buhatem, José Augusto Batista, José de Ribamar Barbosa Belo, José de Ribamar Fernandes, José Ribamar Pereira, José Orlando Soares Leite Filho, José Raimundo Nunes Sarmiento, Leopoldo Debtz de Moraes Rego, Luiz Fernando, Coimbra Renner, Marcos Aurélio Cavalcanti Mendonça, Mário Machado Mendes, Marcos Rogério Tintori, Paulo Roberto Costa Nagem, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama
CEP 65076-001 - São Luís - MA.

Tel: (98) 3212.1875 - Fax: (98) 3212.1821
www.fiema.org.br - ascom@fiema.org.br

Coordenação: Ribamar Dourado

Editor: Luís Fernando Baima

Reportagem: Ledilce Fonseca
e Fernanda Moraes Rego

Nacionais: Agência CNI

Fotografia: Edgar Rocha, Ailton Baren, Joaquim Neto, F. Álvares, Arquivo Sesi/Senai, Arquivo BNB, Arquivo CVRD, Arquivo CNI

Capa e Editoração: Almenbergues Jales

Impressão: Unigraf

Colaboraram nesta edição: Vanessa Tavares (CVRD) e Ana Paula Teixeira (BNB)

Unicom - Unid Integrada de Comunicação Social
Sistema FIEMA

Assesora: Cíntia Machado

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Diretor de redação

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama
CEP 65076-001 - São Luís - MA.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da Fiema.



SEÇÕES

Palavra do presidente 3

Recortes 4

Intervalo 35

Opinião 38

Memória 40

Produção industrial 8

Moveleiro encontra caminho fácil para o mercado nacional

Mercado interno 12

Laticínio surpreende pela sofisticação e cuidados especiais

Formação integrada 15

Sesi e Senai oferecem ensino médio e profissional integrado

Logística 16

Ferrovia surpreende por desempenho e geração de negócios

Plano Estratégico 22

Um sonho para tornar o Maranhão um estado desenvolvido

Movimento sindical 29

Industriais de ferro-gusa elegem nova diretoria

Infra-estrutura 32

Itaqui passa por obras e melhorias operacionais

Responsabilidade social 36

Sesi reduz déficit de leitura entre alunos de São Luís

Capacitação profissional 37

Senai prepara alunos com necessidades especiais



IEL
INSTITUTO EUVALDO LODI

O Instituto Euvaldo Lodi atua no Maranhão há mais de 33 anos promovendo a interação entre os conhecimentos produzidos nas universidades e no setor industrial, sempre visando a qualidade, produtividade e competitividade empresariais através de cursos e palestras que proporcionam uma melhor qualidade de vida profissional, acadêmica e social.

O TEMPO NÃO PÁRA.

EM UMA ECONOMIA
CADA VEZ MAIS
COMPETITIVA, QUEM
NÃO ESTIVER BEM
QUALIFICADO ANDA
PARA TRÁS.

FIEMA
IEL

Jorge Machado Mendes

Desenvolvimento é coisa de empresário



Há gente que pensa que o desenvolvimento é responsabilidade exclusiva do governo. Não é assim. De fato, o governo tem participação essencial no processo, por que deve zelar para que não falem as condições sem as quais o desenvolvimento não pode subsistir. Cabe-lhe planejar e construir bens de uso comum, necessários tanto para garantir o bem-estar da população, como para dar suporte às atividades produtivas. Cabe-lhe prover, para todos os cidadãos, o acesso a serviços de educação e saúde, com qualidade; aos bens culturais e às oportunidades de lazer, viabilizando, ainda, alternativas de ocupação capazes de gerar renda suficiente a uma convivência saudável e digna.

Para cumprir sua missão, o governo precisa de uma fonte segura de recursos, que é a sociedade que tem que prover, e esta o faz através do seu setor produtivo, que gera tributos, serviços e empregos. Por isso, a economia, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, são assuntos de interesse total da sociedade, que os realiza mediante a criatividade, a ousadia e o gosto pelo risco dos empreendedores que não se recusam de investir no futuro, às mais das vezes, incerto. O empresário é, sem dúvida, um agente econômico genuíno, com uma

função social marcante, a cuja atuação são creditadas a sobrevivência e o bom desempenho da atividade econômica, dos governos e da própria sociedade.

O empresariado maranhense tem consciência desse seu papel. E essa é a razão por que se ocupa e se envolve com as coisas que dizem respeito ao desenvolvimento econômico e social do seu estado. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Estado do Maranhão é um exemplo. Proposto no âmbito da Federação das Indústrias, resultou da participação de todos os segmentos empresariais, do governo e da sociedade civil e se apresenta como uma diretriz valiosa, alicerçada no conhecimento da realidade econômica e social dos maranhenses, apontando para o aproveitamento ótimo das potencialidades da economia regional, das grandes vantagens competitivas do estado e da capacidade intelectual e técnica dos recursos humanos disponíveis.

O Plano é, assim, um caminho que, seguido, pode transformar o Maranhão em um estado desenvolvido, sonho que o empresariado maranhense tem a certeza de tornar realidade, com a indispensável participação do governo e da sociedade.



Divulgação

Algodão: mais três estados disputam o projeto

FRANCESES NO MARANHÃO

O Maranhão poderá ser um dos estados escolhidos para os novos investimentos do grupo estatal francês Dagrís, um dos maiores produtores de algodão do mundo, presente em 25 países espalhados pela África, Ásia e América Latina. A idéia é fomentar o plantio de algodão entre famílias de pequenos produtores rurais, para garantir o abastecimento de uma futura indústria de biodiesel. O investimento deverá chegar a R\$ 3,5 milhões, somente na fase de plantio, o que não inclui uma planta industrial a ser instalada em São Luís. Para os franceses o Maranhão leva vantagem sobre outros estados pela facilidade da logística oferecida e pela possibilidade de associação com o projeto similar da Brasil Ecodiesel, já presente em cinco estados nordestinos e que pretende produzir o mesmo combustível a partir da mamona. Por enquanto, apesar das duas visitas realizadas por diretores da empresa e das reuniões realizadas com autoridades do setor econômico e de desenvolvimento do estado, o Maranhão disputa o projeto com Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia.

RECORDE DE APLICAÇÕES

O Banco do Nordeste anunciou que bateu, em 2004, o seu recorde em aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE. Segundo o presidente da instituição, Roberto Smith, em toda a área de atuação do BNB as aplicações com recursos do fundo cresceram mais de 200% em relação ao ano passado, chegando a R\$ 3,075 bilhões. No Maranhão, os projetos financiados pelo FNE totalizaram cerca de R\$ 224,9 milhões – mais de R\$ 60 milhões somente para microempresários, o que representou um aumento de 145,4% se comparado ao resultado de 2003. Para 2005, o banco espera por em prática um projeto-piloto para introduzir uma parte do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – na metodologia do CrediAmigo, ampliando-a, assim, para atender o segmento rural. A metodologia trabalha com o crédito solidário, o que dispensa a apresentação de garantias reais para a realização do empréstimo. O banco anuncia, ainda, para este ano, a disposição de realizar pesados investimentos no setor de infra-estrutura.



Divulgação

Roberto Smith: crescimento de 200%

SIDERÚRGICA NO CEARÁ

A Vale do Rio Doce confirmou o acordo fechado com o grupo coreano Dongkuke, o italiano Danielle e o BNDES, para a construção de uma usina siderúrgica no Ceará. O investimento está previsto em US\$ 720 milhões, com obras a serem iniciadas em junho desse ano e prazo de entrada em operação para 30 meses. De acordo com nota divulgada à im-



Divulgação

Porto do Pecém: obras para junho

prensa, a participação da CVRD no projeto se dará de forma minoritária. O acordo prevê que a Vale forneça 2.000 toneladas/mês de minério de ferro, que a Dongkuk adquira o aço produzido e que a Danielle forneça as máquinas e a tecnologia para a produção. O empreendimento será implantado no distrito industrial cearense do porto do Pecém, e será abastecido por gás natural assegurado pela Petrobrás. A Vale reafirma ainda o seu compromisso em suportar o desenvolvimento da siderurgia no Brasil e informa que as decisões sobre o setor serão amplamente divulgadas pela imprensa, em momento adequado. Na pauta, portanto, o projeto de uma siderúrgica no Rio de Janeiro, com a ThyssenKrupp; uma refinaria de alumina no Pará, com a Chalco; e o esperado pólo siderúrgico no Maranhão, a ser realizado com a Posco e a Baosteel.

PRIORIDADE PARA O NORTE-SUL

A conclusão da ferrovia Norte-Sul e o porto do Itaqui figuram entre as principais prioridades do governo federal para o início das PPPs (Parcerias Público-Privadas), que deverão ter as suas primeiras licitações realizadas no próximo mês de junho. Para o governo, dentre as 23 obras já listadas, a Norte-Sul, além da Transnordestina e algumas ro-

dovias, combina com a estratégia em marcar as primeiras parcerias com obras emblemáticas. Além disso, a ferrovia leva como vantagem interesses demonstrados pela Vale do Rio Doce e por grupos chineses, que estariam torcendo por sua conclusão. A Norte-Sul poderá se transformar em uma importante via de escoamento de soja até o Maranhão, com a eliminação de gargalos de regiões importantes do país, principalmente dos campos de produção do Mato Grosso, hoje prejudicados pelas limitações do porto de Paranaguá.

Norte-Sul: interesse da Vale e de grupos chineses



GESTÃO ESTRATÉGICA

O trabalho *Planejamento Estratégico: atitude empreendedora nas indústrias de pequeno porte*, tema do estudo de pós-graduação em Gestão Estratégica, pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizado pelo diretor técnico do Sesi e Senai-MA, economista Marco Moura, mereceu publicação destacada na coletânea de artigos *Gestão Estratégica no Senai*, publicada pelo Departamento Nacional “Trata-se de oportunidade para identificarmos novas metodologias, sistemas e processos de gestão que venham a garantir a inovação permanente da nossa atuação com enfoque estratégico. Por outro lado, busca-se traduzir essa inovação em resultado de nossa ação, cujo resultado maior é o de maximizar o cumprimento da missão organizacional do Senai”, comenta sobre a



publicação o diretor-geral da instituição, José Manuel Martins, em seu texto de apresentação.

NOVOS SINDICATOS

Novos sindicatos patronais deverão juntar-se aos 23 atualmente filiados à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão. A informação foi dada pelo presidente da Fiema, empresário Jorge Machado Mendes, durante a cerimônia de posse da nova diretoria do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão, o Sifema, realizada no salão nobre da instituição. Jorge Mendes aproveitou, ainda, a oportunidade para informar que os sindicatos de carne, frigorífico, gesso e bebidas já demonstraram também interesse em se filiar à Federação.

Jorge Mendes:
além de ferro-gusa,
mais gesso, carne,
frigoríficos e bebidas





Divulgação

Futsal: organizadores prevêem mais de 30 equipes participantes na primeira etapa

JOGOS DO SESI

O Sesi está promovendo, entre abril e maio, a I Copa Inter-Bairros de Futsal, no clube da instituição, na praia do Araçagi, em São Luís. A competição, que deverá reunir cerca de 20 equipes de industriários maranhenses, servirá como uma espécie de aquecimento para a etapa municipal dos jogos do Sesi, prevista para início de junho, quando serão reunidas

ainda modalidades de atletismo, futebol de campo, futebol sete master, natação, vôlei de praia, vôlei de quadra e xadrez. A Copa será disputada em três fases, distribuídas por chave classificatórias e que deverão identificar os campeões, um vice e uma terceira equipe colocada. As inscrições já podem ser feitas pelo telefone (98) 3248-1969.

MENORES APRENDIZES

Dezoito alunos do curso de eletrotécnica do Senai-MA, vinculados ao programa Menor Aprendiz, foram contratados para estágios de um ano e meio, nas Centrais Elétricas do Maranhão, a Cemar. Fruto de uma parceria firmada entre a instituição e a empresa de energia, os alunos têm grandes chances de serem efetivados nos quadros da companhia, em face da qualificação elevada e crescente demanda de mão-de-obra especializada no setor.



Menor aprendiz: qualificação elevada garante mais chance no mercado de trabalho

Divulgação

ESPECIALIZAÇÃO À DISTÂNCIA

A UniSesi firmou parceria com a UNB e UFBA para oferecer cursos de extensão e especialização à distância. As aulas serão realizadas através de materiais impressos, conferências e internet. No final do curso, os alunos defenderão monografia e terão seus diplomas reconhecidos pelo MEC.

Da boléia para a indústria

Filhos de um modesto marceneiro e antigos caminhoneiros se transformam em bem sucedidos industriais em Imperatriz

O rumo parecia ser natural. Filhos de Epitácio Sarmiento Pimentel, um bom marceneiro e carpinteiro de Linhares, no Espírito Santo, logo seguiriam a antiga profissão do pai. Se bem que no início mostrassem preferir a boléia de um caminhão e toda a sedução e aventuras que a vida na estrada prometia oferecer. Isso, até meados da década de 60, quando resolveram investir e ampliar a velha oficina do pai, instalada praticamente com máquinas e ferramentas que ele próprio desenvolvia e construía. Lá surgiu o primeiro passo. Ainda em Linhares instalaram uma primeira indústria de transformação e beneficiamento de madeira, com a compra de poucas e rudimentares máquinas. Não satisfeitos, e com a pequena indústria já bem mais equipada e moderna, resolveram expandir seus negócios para a cidade de Prado, na Bahia, onde inauguraram uma planta para desdobro de toras. Os negócios iam indo bem, mas o antigo chamado pela aventura ainda não havia esmaecido. Foi então que, em agosto de 1989, os



F. Alvares

Capacidade para 100 mil peças/ano

Sarmientos – Edgar, Messias e José Raimundo – resolveram se embrenhar no sonho do eldorado amazônico, onde havia madeira, matéria-prima à vontade para quem tivesse fôlego e disposição para enfrentar desafios. Estabeleceram-se em Tucuruí, no Pará, onde, até 1995, se dedicaram à indústria de transformação. Foi aí que surgiu um convite da Scandian, um grupo do ramo, dedicado ao ramo madeireiro, na produção de lâminas, compensados e pisos de madeira. Os irmãos mudaram-se, em 1996, para Imperatriz, e



F. Alvares

Epitácio e Eutália Sarmiento: tradição de pai para filhos



F. Alvares

Raimundo Sarmento: tributação desfavorável e concorrência com a informalidade

compraram a Móveis Santo Agostinho Ltda, uma indústria dedicada à fabricação de camas.

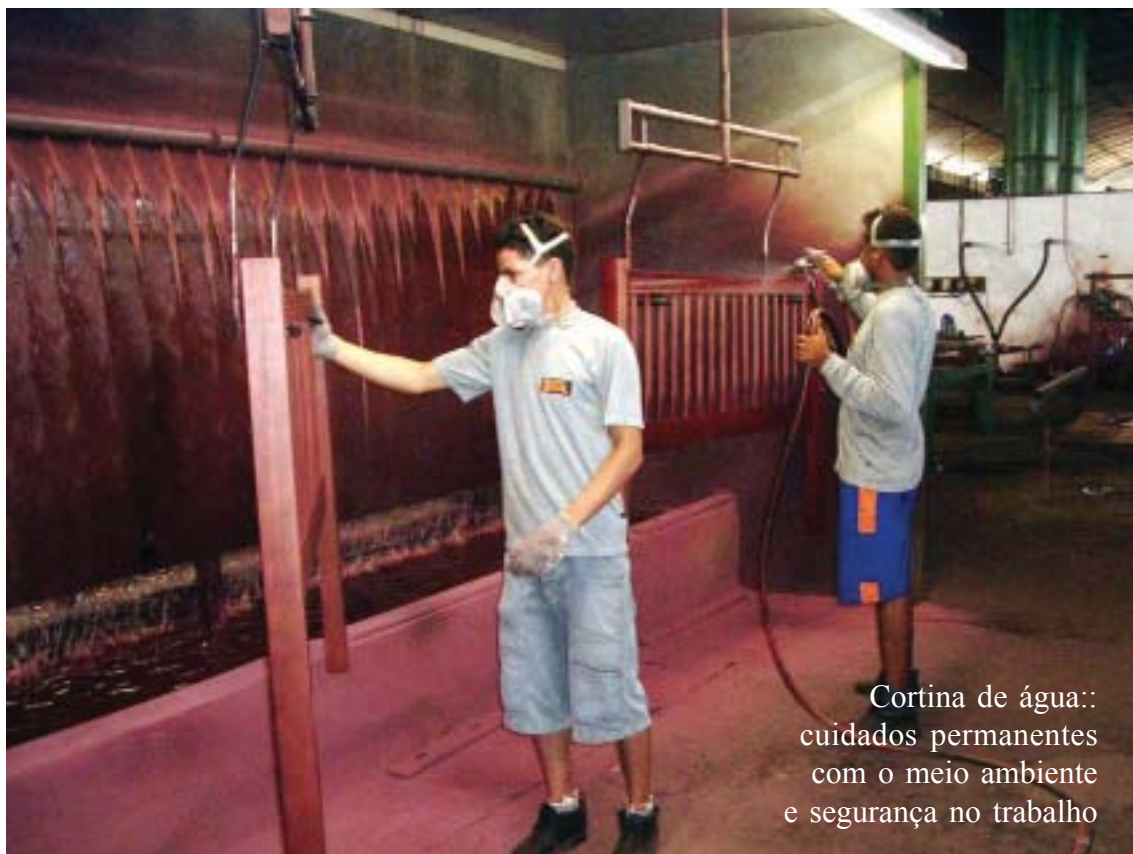
Hoje a Simol – Sarmento Indústria de Móveis Ltda, instalada na BR 010, 1352, no Distrito Industrial de Imperatriz, se destaca na paisagem pela imponência de seus galpões. À margem esquerda da rodovia, na direção Brasília-Belém, uma área total de 147.232 m² se distribui entre 8.778 m² de área coberta – 5.742 m² de área industrial e mais 3.063 m² para estoque de matéria-prima – e mais áreas de lazer e residências dos sócios e empregados. A fábrica surpreende pelo número de máquinas de beneficiamento e acabamento de madeiras e móveis. Tudo em uma perfeita harmonia de um *layout* que não dispensou cuidados com a operacionalidade das máquinas e equipamentos, circulação de pessoal, matéria-prima e produtos acabados, e cuidados ambientais, garantidos por exaustores e cortinas de água nas áreas de pintura. Causa espanto aos menos habituados a limpeza do ambiente, onde se espera poeira, barulho e restos de materiais comuns em uma serraria. Nesses galpões, são fabricados seis modelos de camas, para solteiros e para casados, e beliches, em diversos tamanhos. Capacidade de 100 mil peças/ano. O processo de produção se inicia

pela própria seleção da madeira a ser empregada, obtida de manejos auto-sustentados, regulamentados pela legislação florestal brasileira. Logo após, todas as peças passam por um período de secagem, em área apropriada, por no mínimo 90 dias, tempo esse especificado por normas técnicas para manter seus traços naturais. Daí, as tábuas passam por uma variedade de transformações e beneficiamento. Inicialmente, são cortadas, classificadas e acondicionadas em paletes para serem usadas à proporção em que são exigidas pela produção, realizada por máquinas de aparelhamento, lixamento, perfuração e pintura – muitas desenvolvidas especificamente para madeiras de alta densidade, característica das árvores da Amazônia.

Máquinas e pessoal qualificado garantem a qualidade dos vários tipos de móveis fabricados



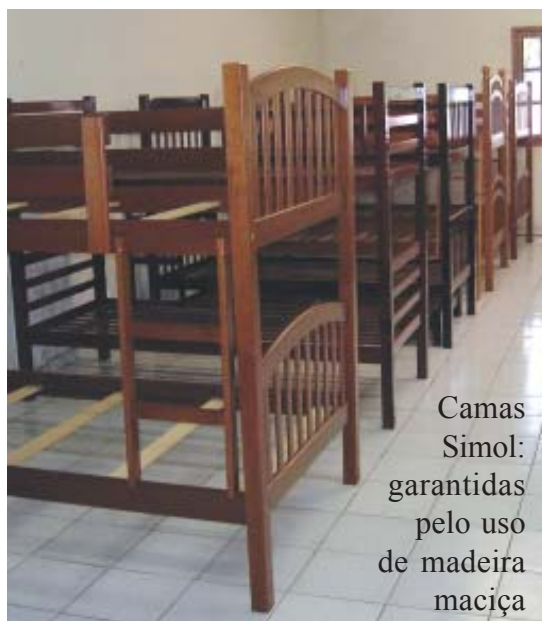
F. Alvares



Cortina de água::
cuidados permanentes
com o meio ambiente
e segurança no trabalho

Sobre o mercado e o escoamento de toda a sua produção, os Sarmiento não têm muito de que reclamar. O entroncamento permitido pela Belém-Brasília praticamente lhes garante a colocação em todo o mercado nacional, a um custo bem competitivo. Quanto à exportação de seus produtos, o porto de Belém, distante 590 km, lhes abre as portas para todo o mercado americano e europeu. Principalmente para o Canadá e o Panamá, onde alguns negócios já foram realizados. Outra parte da produção encontra caminho fácil para as lojas especializadas em móveis de madeira maciça de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, onde se encontram os seus maiores consumidores. A atrapalhar o negócio, reclamam da tributação desfavorável a quem obtém insumos a 7%, como embalagens, parafusos, colas e lixas, e vende os seus produtos tachados em 12% de ICMS – o que não é incomum aos outros do mesmo ramo, e de

outros ramos de produção – e da concorrência desleal dos que estão na informalidade. A compensar, a facilidade de matéria-prima, mão-de-obra e um mercado certo para produtos de qualidade e de grande durabilidade.



Camas
Simol:
garantidas
pelo uso
de madeira
maciça

Oferta de
mão-de-obra:
vantagem para
implantação
de um pólo
madeireiro

Exemplo de potencial desenvolvido

F. Álvares



Empreendimentos como o dos irmãos Sarmiento podem ser tomados como exemplo de desenvolvimento para a região. É bem verdade que apesar de ter tido uma forte vinculação como os recursos florestais, ainda não foi viabilizado um efetivo pólo moveleiro no estado, particularmente na região de Imperatriz e Açailândia. Mas, o Maranhão ainda dispõe de madeira macia bastante, cujo beneficiamento pode contribuir para o desenvolvimento da região, tanto que um quantitativo importante de madeira continua seguindo como matéria-prima ou como produto semi-industrializado para o sul do país, retornando depois para o estado como produto acabado.

Discutido o assunto nos debates e seminários que antecederam e fundamentaram o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial, o Maranhão se apresenta com a vantagem da presença de mão-de-obra especializada para o setor, no sul do estado, e reúne as condições ideais para o cultivo de madeira. Há potencial para o desenvolvimento de um grande pólo ou eixo reunindo os dois estados: o Pará, como fornecedor de madeira, e o Maranhão, como produtor de móveis.

Para isso, segundo o Plano, será preciso

eliminar as restrições de infra-estrutura e a falta de incentivos para a exportação. É preciso haver linhas especiais de financiamento para fixar o empresariado no estado, para diminuir as emigrações para o Pará, onde é maior a proximidade das madeireiras e do porto de Belém que, por sua vez, pratica custos de movimentação menores que o porto do Itaqui.

No Maranhão, a indústria madeireira vive do subproduto da formação de pastagens. Atualmente, a matéria-prima utilizada por empresas do Maranhão é originada do Pará e Amazonas, onde 60% a 70% da madeira são extraídas. Não há apoio ou incentivo para o reflorestamento no estado, apesar do ciclo médio do reflorestamento em algumas regiões ser de seis a sete anos – no máximo doze anos, enquanto, no sul, chega a vinte anos.

Para incentivar o desenvolvimento do setor, o Plano aponta para a necessidade de uma reforma fiscal que possa reduzir drasticamente a carga tributária. Prevê, ainda, a necessidade de melhor capacitação da mão-de-obra, como fator essencial para mudanças significativas na força de produção. Como resultado, teríamos acesso mais franco ao mercado exportador, e a preços cada vez maiores para produtos de qualidade.

Caseira? Nem tanto

F. Alvares

Adaptado a uma típica casa de fazenda em Açailândia, laticínio surpreende pela sofisticação e por cuidados especiais na produção de queijos e iogurte de qualidade.

A princípio as instalações não chamam muita atenção. Parece ser mais uma das bucólicas residências de fazendas da região, situadas às margens da rodovia Santa Luzia-Açailândia. Mais próximo, começa-se a observar um movimento diferente. Um constante vai-e-vem de pequenas camionetas e carroças carregadas de latões com leite *in natura*. Dentro, vem a surpresa maior. A casa tem todas as suas janelas vedadas por telas finas. As portas, também teladas, são duplas. Nota-se um cui-

dado rigoroso com a limpeza e com o isolamento constante para evitar a entrada de insetos, comuns em áreas onde se mexe com gado e seus produtos. Para visitá-la, é exigido o uso de batas e botas especiais. No interior, cheio de tanques de aço inoxidável para recepção, decantação e outros processos que chegam a parecer estranhos, água, muita água e vapor, e o cuidado constante com a limpeza. Alysson



F. Alvares

Alysson: demanda maior que a oferta

Christian de Oliveira, técnico em queijos e derivados, formado pelo Instituto de Laticínios Cândido Torres, uma das unidades da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, a Epamig – o único em toda a América Latina, explica que todos os cuidados são poucos na manipulação do leite, um forte meio de cultura de bactérias. Qualquer tipo de contaminação pode por a perder toda a produção. E esta não é pequena. No Laticínio União, onde o Alysso é técnico e o gerente responsável, 9.500 litros de leite são processados todos os dias, para a produção de 27 mil toneladas/ano de quatro tipos de queijos e mais seis a sete mil litros/mês de iogurte. Quantidade que pode variar de acordo com a oferta da matéria-prima e que poderia dobrar, se existisse, na região de entorno, estimada em 120 quilômetros quadrados, um plantel maior e mais sadio.

E mercado é o que não falta ao Laticínio União, um dos cinco registrados legalmente no município de Açailândia. Segundo Alysso, a demanda por seus produtos é muito maior que a oferta: 98% de toda a produção de mussarela, provolone, ricota e queijo prato, além do iogurte, são vendidos para São Luís. O restante é distribuído entre os pontos de venda de Imperatriz e do próprio município. “Não chegamos a atender 45% a 50% da procura por nossos produtos”, garante Alysso. A afirmação procede. De acordo com a pesquisa realizada pelo Campi/Fiema sobre produtos importados pelo Maranhão, com base em notas fiscais de entrada de mercadoria no estado, a compra de leite e seus derivados de outras unidades da federação chegam a quase R\$ 70 milhões ao ano. Para Alysso, a produção só seria aumentada se houvesse uma



F. Alvares

Iogurte:
média de
27 mil
litros
anuais

cultura leiteira que acabasse com a sazonalidade da oferta. Outros gargalos citados se referem à baixa qualificação do pessoal das vacarias, que não possuem cuidados e conhecimento para realizar a ordenha correta dos animais. “Precisamos de leite fresco, sem sujeiras, como pêlos, e de vacas sadias”, reconhece. Por outro lado, segundo ainda o técnico, a tributação de 17% do ICMS praticada no estado, está totalmente fora da realidade do restante do país. Alysso defende uma tributação no mínimo igual à praticada no Piauí ou Minas, onde o imposto cobrado não ultrapassa os 12%, e sonha com os 7% cobrados no Paraná, o que daria ao produtor do estado uma condição competitiva mais justa e mais promissora, o que poderia vir a formar uma cadeia produtiva que, em Minas Gerais, chega a empregar mais de 170 mil trabalhadores do campo.

PRODUTOS

Queijos: mussarela, prato, provolone e ricota
Iogurte

PRODUÇÃO

27 mil toneladas de queijo
27 mil litros de iogurte
**média anual*

QUEIJOS&IOGURTES

MUSSARELA

A mussarela é um queijo que, no Brasil, não possui um padrão de fabricação. Uma boa mussarela deve possuir uma crosta fina, consistência semi-dura, textura compacta, fechada, coloração esbranquiçada, odor suave e sabor ligeiramente ácido e salgado. Dependendo da composição do leite, uma boa mussarela deve apresentar um rendimento entre 9,5 a 10,5 litros de leite por quilo de matéria-prima.

PROVOLONE

O provolone também não possui padrão de fabricação. Em algumas indústrias é fabricado com leite cru de boa qualidade e soro fermento, o que dá ao produto final um sabor mais acentuado e uma consistência mais firme. Segundo a legislação brasileira, o provolone deve apresentar formato cilíndrico alongado, devendo seu peso variar em peças de 500 a 3.000 g. O rendimento da fabricação varia de 10,5 a 12 litros de leite por quilo de queijo.

RICOTA

O princípio de fabricação da ricota é baseado na precipitação das proteínas do soro por meio de calor associado à acidificação. A ricota pode ser comercializada fresca, condimentada ou até mesmo defumada, e sem sal, o que garante um mercado de consumo junto a pessoas portadoras de hipertensão arterial. O rendimento da sua fabricação situa-se em torno de 4 a 5% em relação ao volume de soro trabalhado

PRATO

É um queijo largamente consumido e apreciado pelo consumidor brasileiro. É mais indicado para consumo indireto em sanduíches, pois para isso o queijo deve apresentar uma boa fatiabilidade. Possui variedades, como o queijo prato de 2 a 3 kg (lanchão), de 1 kg (lanche), de 0,5 kg (lanchinho), além do prato bola e do cobocó. O rendimento da fabricação situa-se entre 9,0 e 10,0 litros de leite por quilo de queijo.

IOGURTE

O iogurte é um produto lácteo que envolve o uso de culturas simbióticas, a partir de uma ação conjunta de microorganismos. Com fermentos selecionados e dosagem adequada de cada um deles, o iogurte é fabricado hoje no seguinte esquema: concentração do leite, por evaporação pelo calor; inoculação do fermento; incubação e desenvolvimento da fermentação e a sua interrupção, pelo resfriamento, quando atingido o ponto desejado.

Fonte: Agridata, Minas Gerais



Diferencial: salga e secagem



Queijos: 27 mil toneladas/ano



Análise:
controle
constante

Projeto inovador supera expectativa

Parceria do Sesi e Senai passa a oferecer formação integrada de ensino médio e educação profissional em apenas dois anos

São Luís acaba de dar um salto na educação de jovens e adultos. O Sesi e o Senai, instituições do Sistema Fiema, uniram suas experiências para lançar o Projeto de Ensino Médio e Educação Profissional, o Emep. Em apenas dois anos, estudantes a partir dos 16 anos poderão concluir o ensino médio mais um curso profissional, nas áreas de manutenção mecânica industrial ou de eletroeletrônica. A união do ensino nos níveis básico e técnico visa, entre outras coisas, a garantir que o estudante tenha acesso a um novo modelo de formação de competências, centrada no mercado. Em resumo, o objetivo é permitir que es-

ses estudantes conquistem a tão sonhada empregabilidade. A conclusão do ensino médio e do curso profissionalizante escolhido dar-se-á em apenas dois anos, o que só está sendo possível com a integração de todas as instituições que compõem o Sistema Fiema. “A partir dessa articulação do Sesi e Senai, estamos propondo uma formação mais adequada às exigências do mercado”, disse Vanda Marli Santos Silva, gerente de Educação das duas instituições.

Experiências como essa já têm obtido bons resultados em estados como Bahia, onde o projeto existe desde 2000, e Rio de Janeiro. Outras estão sendo postas em prática por alguns departamentos regionais, a exemplo do Maranhão. Apesar de estar aberto à comunidade em geral, o Projeto de Ensino Médio e Educação Profissional volta-se prioritariamente para os trabalhadores da indústria. O Sesi e o Senai já prestam esse serviço, isoladamente, nas próprias unidades ou em atendimentos sob medida para as indústrias, de acordo com o porte, o setor e a necessidade específica de cada empresa. O Senai promove cursos visando à qualificação, requalificação e atualização profissional para os níveis operacional, técnico e tecnológico das empresas. Já o Sesi atua com foco no aumento da escolaridade dos trabalhadores, por meio de programas de educação infantil, ensino regular e educação de jovens e adultos, nos níveis fundamental e médio. O Emep veio reunir essas duas experiências.



F. Alvares

Carga de gigante

Vinte anos após a inauguração, a Estrada de Ferro Carajás ainda surpreende pelo tamanho de seus números e a capacidade constante em gerar negócios e renda

Diariamente, são mais de 1.500 pessoas e cerca de 190 mil toneladas de cargas diversas transportadas pelos trilhos que têm início em Parauapebas, no Pará, e finalização em Ponta da Madeiras, em São Luís, no Maranhão. Suas composições de minério chegam a ter 208 vagões, tracionados por até três locomotivas de última geração. Em sua via permanente, singela e entrecortada por estra-

tégicos pátios de cruzamento, circulam, em total segurança, até trinta trens todos os dias. Para esse movimento, a Estrada de Ferro Carajás, até o final de 2004, possuía uma frota bem conservada de 110 locomotivas e 7.154 vagões, em vários modelos e adequados para cada tipo de carga transportada. Além de minério de ferro, cerca de 21 mil toneladas de carga líquida todos os dias, os vagões da Vale também transportam soja, gusa, manganês, combustíveis, veículos, fertilizantes, e outros tipos de cargas. No último ano, a movimentação de carga geral transportada pela EFC fechou em 7.069.730 de toneladas úteis – um crescimento de 25,52% em relação a 2003, com destaque para ferro gusa e manganês, que tiveram suas movimentações aumentadas em 25,54% e 38,94%, respectivamente. Vinte anos após a inauguração, a EFC, a ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce, ostenta características que a tornam única no país e entre as melhores do mundo no seu gênero.

A ferrovia foi inaugurada em 28 de fevereiro de 1985, pelo então presidente João Batista Figueiredo. Totalmente controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, a EFC começou a ser construída em 1982, para transporte de minério de ferro e manganês das minas de Carajás até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís. Os trens de minério iniciaram a circulação em 1985. Para o gerente geral do Corredor Norte, Zenaldo Oliveira, os 20 anos da Estrada de Ferro Carajás re-

Composição de minério:
208 vagões, 3 locomotivas
e média de 20.800 toneladas
líquidas a cada viagem



Divulgação



presentam, antes de tudo, a vitória sobre um grande desafio: “Quando foi projetada, a ferrovia previa o transporte de 35 milhões de toneladas anuais. Em 2004, transportamos 75 milhões, somando o minério a outras cargas e, em 2005, queremos chegar a 90 milhões de toneladas”. Para Zenaldo, o ganho social que os estados do Maranhão e Pará tiveram ao longo dessas duas décadas é também impressionante. “A quantidade de empregos diretos e indiretos gerados é muito grande. As usinas de ferro-gusa, para quem a Vale vende minério de ferro, transporta, estoca e embarca o produto e que surgiram ao longo da estrada de ferro, por exemplo, empregam milhares de pessoas”. A ferrovia possibilitou ainda a expansão econômica e o desenvolvimento de outras atividades. Hoje, um trecho da Ferrovia Norte-Sul, integrado a ela, transporta parte significativa da safra de soja da região, 86%, que posteriormente é embarcado por meio do

Pier II da Vale, localizado no Porto do Itaqui. “Isso sem falar do objetivo inicial, que é escoar a produção do Sistema Carajás”, relembra.

As operações na Estrada de Ferro Carajás também elevaram o número de contratações da Vale e que gerou no estado, até setembro, cerca de 7.600 empregos, entre diretos e indiretos. Somente no terceiro trimestre de 2004 mais de 2.481 novos postos de trabalho foram criados, devido ao aumento no volume de produção, transporte e embarque de produtos e a crescente demanda do mercado. “A EFC e os investimentos da Vale em infraestrutura são determinantes para o crescimento industrial e as exportações do Maranhão, que se consolida como pólo exportador da região Norte. Em 1992, quando iniciou a exportação de soja, até hoje houve um salto de 27 mil toneladas para 1.073 mil toneladas”, afirma o gerente Comercial Norte da Logística da CVRD, Evaldo Barbosa.

Minério de ferro: meta de 95 milhões de toneladas em 2005, para um mercado em constante expansão



Ponta da Madeira, 28 de fevereiro de 1985: primeiro trem com minério de Carajás



Divulgação

Inaugurado em 1986, o trem de passageiros vem transportando diariamente até 1.500 usuários entre o Maranhão e o Pará

TRANSPORTE ÚNICO

A construção da Estrada de Ferro Carajás trouxe a esperança da melhoria econômica e social do Maranhão, ao possibilitar o transporte e escoamento de produtos, e também por encurtar distâncias, já que em algumas localidades o trem de passageiros, que entrou em operação em 1986, é o único meio de transporte. O trem passa e possui estações ou paradas em 22 municípios, sendo 20 no Maranhão, possibilitando diariamente o deslocamento de 1.500 pessoas, que pagam tarifas até 50% mais baratas que as dos ônibus. Em 2004, 441.498 pessoas viajaram pela ferrovia.

ALFCEVNÚMEROS

- 892 km de extensão
- 150 km de pátios de cruzamento
- 62 pontes e viadutos ao longo da via
- 30 trens diários
- 110 locomotivas na frota
- 5.600 vagões para minério
- 100 toneladas de minério/vagão
- 18 carros de passageiros
- 38 km/h – velocidade média/trens
- 80 km/h – velocidade máxima/trens
- 7 milhões de toneladas de cargas gerais
- 68 milhões de toneladas de minério
- 1.500 passageiros /dia

Fonte: CVRD/2004

Um dos mais modernos centros de controle do mundo

A Estrada de Ferro Carajás possui um dos mais modernos centros de controle operacional do mundo, baseado em uma rede de telecomunicações por fibra óptica (*backbone*), que se estende ao longo de seus 892 quilômetros e é responsável pelo tráfego e a sinalização. O CCO é formado por um centro de despacho, equipado com painel sinóptico de cristal líquido, servidores e estações de trabalho (rede LAN) de alta confiabilidade, além de computadores de bordo (para as máquinas de linha e locomotivas) e de um subsistema de comunicação de dados terra-trem. Agrega, ainda, funções como: rastreamento preciso dos trens por meio de GPS (Sistema de Posicionamento Global) e telemetria, o que permite observar remotamente as condições operacionais das locomotivas e máquinas que circulam na ferrovia.



Divulgação

Controle operacional: GPS e fibra ótica

UM TREM COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Estrada de Ferro Carajás promove alguns projetos sociais aos municípios do interior de sua área de influência, como o *Trem da Cidadania*, o *Educação nos Trilhos* a *Campanha Natal nos Trilhos*, e o *Olha o Trem*.

endedorismo. O projeto proporciona aos viajantes uma programação educativa especialmente desenvolvida e veiculada em dez monitores de TV e vídeos instalados em cada vagão do trem de passageiros.

OLHA O TREM

A fim de estabelecer uma convivência saudável com as operações da empresa, a Estrada de Ferro Carajás vem desenvolvendo um trabalho educativo pelo projeto *Olha o Trem*, que visa a segurança na ferrovia. Este projeto faz parte de uma ação do *Vale Comunidade*, programa corporativo da empresa que busca estreitar o relacionamento com as comunidades onde a empresa está presente. Somente no ano passado, cerca de 15 mil pessoas participaram da ação, em onze comunidades ao longo da ferrovia.



Vagões para atendimento na linha

Divulgação

TREM DA CIDADANIA

O projeto vem viabilizando a retirada de documentos, atendimentos médico e odontológico, além de oferecer palestras educativas. Para que o *Trem da Cidadania* se tornasse realidade, a Vale investiu desde a sua implantação, para receber de modo adequado as pessoas, mais de R\$ 500.000 reais em alterações nos locais de fixação do trem, como desvio de trilhos, colocação de cercas de delimitação das áreas, instalação elétrica e de saneamento, construção de banheiros e adaptação de abrigos.

EDUCAÇÃO NOS TRILHOS

O projeto Teletrem, criado para educação à distância, tem transformado estações e os carros ferroviários do trem de passageiros em ambientes “vivos”. Nessas estações acontecem oficinas pedagógicas e palestras voltadas para temas ligados à cidadania, ao estímulo à leitura e à escrita, à inclusão do jovem no mercado de trabalho, às relações familiares e ao empre-

Divulgação


NATAL NOS TRILHOS

Há quatro anos, os empregados da Vale no Maranhão e Pará realizam voluntariamente a campanha *Natal nos Trilhos* que beneficia comunidades e escolas dos municípios de São Luís, Santa Inês, Nova Vida, Açailândia, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá. Esta ação já faz parte do Natal das crianças que moram ao longo da ferrovia, que esperam ansiosas o Papai Noel chegar, em uma locomotiva, de onde são entregues os brinquedos.



No Natal, um trem de Papai Noel e brinquedos

O Senai capacitou
18 Mil
pessoas em 2004

The background features a repeating pattern of stylized human figures holding hands, forming a chain. In the foreground, two solid grey figures are on the left and right, holding hands with a central figure that is dashed and semi-transparent. The central figure is positioned in the middle of the chain, and the text is overlaid on its torso.

**e você,
o quê está
esperando?**

SENAI

o maior complexo de ensino profissional da américa latina

Atendendo mais de 87% dos 217 municípios maranhenses e com uma carteira de 146 cursos em 15 áreas industriais, o Senai Maranhão atendeu somente no ano passado mais de 18 mil pessoas em qualificação, aperfeiçoamento, aprendizagem, habilitação, iniciação e atualização profissional.

Estes números ajudam a manter o Senai líder em ensino profissional. Procure uma de nossas escolas e inscreva-se na maior e mais tradicional instituição de educação profissional do Maranhão, do Brasil e da América Latina.

Bacabal Imperatriz
Caxias São Luís
Açailândia



Unidade Operacional Raimundo Franco Teixeira

Av. Getúlio Vargas, 2.888 Monte Castelo São Luís MA
Telefax: (0xx98) 3221-0512 / 2615 / 3232-0122
nitdrft@fiema.org.br

CETAM - Cento de Educação Tecnológica e Ações Móveis

BR 135, Km 05 - Tibiri
Fone: (0xx98) 3241-1214 / 1531 / 3232-0122 • Fax: 3241-1899
cetam@fiema.org.br



Arquivo Fiema

Auditório da Fiema: plano compartilhado por autoridades e líderes empresariais

Uma visão de futuro

José Ribamar Dourado

O empresário Jorge Mendes costuma dizer que seu sonho é um Maranhão desenvolvido. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão é um passo importante do empresariado industrial maranhense para realizar esse sonho que, no entanto, somente se tornará concreto com a participação de todo o setor produtivo, do governo e da sociedade organizada.

Cabe à Federação das Indústrias defender e coordenar os interesses gerais da indústria. É a primeira das atribuições da Fiema, como de todas as outras instituições semelhantes existentes em todo o território nacional. Trata-se da missão de representar as organizações sindicais da atividade industrial junto aos órgãos de governo e às outras entidades representativas de classe e à sociedade civil, sempre com o intuito de assegurar o bom desempenho das empresas, através dos seus sindicatos afiliados. E a Fiema não está alheia a essa

sua missão: em todos os fóruns, em toda e qualquer circunstância que se exige a sua presença e atuação, ela o tem feito, com competência e reconhecida eficácia. Através de suas instituições vinculadas, Sesi, Senai e Iel, tem sido marcante sua atuação na organização e manutenção dos serviços úteis às indústrias, nas áreas da educação, formação profissional, saúde e desenvolvimento cultural e promoção social dos trabalhadores e de suas famílias.

Há, todavia, outras atribuições da Federação das Indústrias, quase sempre esqueci-



Edgar Rocha

Logística: potencialidade econômica

das ou deixadas a um eterno segundo plano e, dentre estas, a defesa da livre iniciativa e seus postulados; o estudo e a proposição de soluções para problemas relacionados com a economia do país, colaborando e promovendo iniciativas visando à formulação da política de desenvolvimento industrial do estado.

O fato é que a Fiema tem inovado, nos últimos anos, porque deu uma atenção inusitada a uma de suas missões tradicionalmente esquecida. E não poderia ser diferente. Apesar da implantação, nos últimos 20 anos, dos grandes projetos da Alumar e da Companhia Vale do Rio Doce, a indústria maranhense não tem evoluído como era de esperar; pelo contrário, nos últimos 10 anos, o produto industrial do estado tem-se mantido em curvas até decrescentes, não compatíveis com aqueles investimentos estruturadores, nem com expansão do agronegócio, ou com a disponibilidade de recursos minerais e florestais e, muito menos, com a infra-estrutura e a logística já implantadas, limitadas, estas, a atender à demanda oriunda daqueles grandes projetos e



Edgar Rocha

Infra-estrutura: diferencial competitivo

pouco mais. Impressiona, também, o volume das importações de produtos industriais realizadas pelo estado no mesmo período, num processo de crescente de evasão da poupança interna.

Um estado com expressivas potencialidades econômicas, dotado de vantagens competitivas, de localização favorável relativamente aos mercados nacional e internacional e de infra-estrutura de transportes de boa qualidade, mas com atividades industriais inexpressivas, exportando, não produtos industrializados, mas praticamente toda a poupança auferida pelas atividades primárias e de serviços, para a aquisição de bens de consumo que poderiam ser produzidos aqui mesmo.

A decisão de elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial nasceu da consciência que o empresariado tem, de sua responsabilidade como agentes econômicos efetivos, sem os quais o desenvolvimento da atividade produtiva não pode acontecer.

Claro que ao governo cabe estabelecer diretrizes e políticas que orientem a atividade econômica e assegurem a sua função social; mas são os empreendedores que fazem a economia andar, evitando que o marasmo e a falta de iniciativa predominem e mantenham a economia estagnada.

O Plano nasceu assim, como a efetivação de uma das atribuições estatutárias, afinado com as diretrizes governamentais e tendo, do governo do estado, participação e apoio técnico, do mesmo modo como incentivo e colaboração de todas as classes produtoras, das instituições de ensino e pesquisa e das organizações da sociedade civil em geral.

Capacitação: um dos fatores condicionantes



F. Alvares



Rodovias: desafio regional

OVÔODOGUARÁLÍDER

Na elaboração do Plano, três cenários serviram para balizar a definição dos objetivos a serem perseguidos numa perspectiva de 20 anos. O primeiro, considera uma economia do estado tendo um desempenho muito parecido com o atual: medíocre, em razão de um quadro continuado de quase estagnação, decorrente de uma economia mundial e brasileira sem dinamismo e caracterizado pela falta de investimentos em todos os setores. Essa hipótese foi descartada, porque reproduz justamente a situação que se quer suplantar.

Um segundo cenário considera uma evolução econômica significativa, resultante de um volume maior de investimentos em infraestrutura social e econômica, estimulando os investimentos produtivos e ampliando os seus efeitos sobre a estrutura do emprego e da renda e, ao mesmo tempo, correspondendo a igual movimento nas economias do Brasil e do mundo; uma situação de crescimento media-

no, sem grandes saltos, que, embora de algum modo melhor que o do cenário anterior, não corresponde às potencialidades econômicas maranhenses e, muito menos, às aspirações do empresariado e da população, levando-se em conta os estudos realizados e as pesquisas qualitativas junto aos principais atores econômicos e sociais do Estado.

O terceiro cenário considerado no estudo leva em conta esses fatores e descreve um quadro positivo de favorabilidade decorrente de uma economia mundial em expansão e propensa ao investimento produtivo de longo prazo, ao mesmo tempo em que políticas e decisões internas estão efetivamente direcionadas para a superação definitiva dos entraves que dificultam o desenvolvimento do país. Em termos regionais, são concluídas e postas em operação as infra-estruturas de transportes – portos, rodovias, ferrovias e hidrovias – interligando o Centro-Oeste brasileiro ao porto do Itaqui, consolidando assim o Corredor Norte de Exportação; grandes investimentos produtivos se implantam no Estado, principalmente no setor siderúrgico, no agronegócio e no setor serviços; a atuação de governo e da sociedade civil se firmam especialmente no fortalecimento da infra-estrutura social. Este cenário, o melhor possível, tem o mérito de permitir, comparativamente aos outros, delinear uma trajetória mais provável, intermediária, mas que tem em conta um avanço muito significativo na atividade econômica e repercussões desejáveis na estrutura do emprego e da renda e no dinamismo geral da economia, considerando sempre uma evolução igualmente positiva das economias mundial e brasileira.

Divulgação



Edgar Rocha

OBJETIVOS CENTRAIS

O Plano constrói a sua visão de futuro sobre dois eixos de desenvolvimento, aos quais se agregam grandes programas, com seus projetos, todos direcionados para realizações ambiciosas que, concretizadas, configuram um estado do Maranhão desenvolvido, o cenário desejável e o objetivo buscado pelos empresários ao formatarem essa sua linha de atuação para o futuro.

São assim os objetivos centrais do Plano: (1) incluir o Maranhão no eixo central da inserção do Brasil na economia internacional, viabilizando a ampliação das exportações brasileiras; (2) desenvolver uma economia competitiva com grande capacidade de acesso aos mercados mundial e nacional e de atração de investimentos; (3) inserir o Maranhão entre os estados líderes nos segmentos e nas cadeias produtivas minero-metalúrgica e de agronegócios, e (4) formar uma economia diversificada e internamente articulada.

Esses objetivos apontam para a utilização plena das potencialidades de recursos naturais disponíveis, não por via da exportação de *commodities*, mas também pela industrialização com níveis de agregação crescentes; para a integração com o Corredor Norte de Exportação, para o qual o porto do Itaqui e toda a logística e infra-estrutura, ferroviária, rodoviária e hidroviária constituem o sistema ideal de exportação para a produção dos Cerrados do Planalto Central, e dos Cerrados maranhenses; preconizam o crescimento da indústria estadual, ajustado à nova realidade nacional e mundial, com a absorção das tecnologias inerentes. Esses grandes objetivos pressupõem uma atenção especial à valorização econômica do estado no contexto do Brasil, considerada a sua crescente participação oriunda da expansão de suas cadeias produtivas da siderurgia e do agronegócio, principalmente, e da diversificação continuada da atividade produtiva em geral expressa por uma forte política de substituição de importações.



O SEXO DO DESENVOLVIMENTO

São as condicionantes da realização desses objetivos, ou seja, a concretização do cenário de um Maranhão desenvolvido. De um lado, os fatores condicionantes de uma atividade econômica consistente e duradoura, tecnicamente denominados de competitividade sistêmica e que, a priori, são de responsabilidade governamental: (1) educação e capacitação dos recursos humanos; (2) pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologias voltadas para cadeias produtivas; (3) ampliação da infra-estrutura social – abastecimento d'água e esgoto sanitário, segurança pública, gestão sustentável do meio ambiente; (4) promoção do empreendedorismo e das competências empresariais locais; (5) ampliação e qualificação da infra-estrutura econômica e da logística; (6) melhoria da qualidade dos produtos e serviços.

De outro lado, o próprio investimento na produção econômica, em volume e amplitude compatíveis com as potencialidades do estado e com as vantagens competitivas de que dispõe. Trata-se do que os técnicos chamam de adensamento das cadeias produtivas. No caso do Maranhão, essas cadeias prioritárias são a minero-metalúrgica; a de grãos, a da construção civil; a cadeia produtiva florestal e ma-

deireiro-moveleira; a da pecuária, a de frutas regionais, os arranjos produtivos locais e a diversificação da estrutura econômica e industrial maranhense.

O Plano, desse modo, considera fundamental a integração do governo e de todas as forças sociais no objetivo do desenvolvimento industrial e isso se faz com a execução ora de projetos básicos como os de educação formal de qualidade e educação tecnológica e profissional; ora garantindo os programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico junto com as universidades e instituições específicas, programas de inovação de processos e produtos; ora desenvolvendo programas de capacitação de fornecedores, de jovens empresários; ora construindo infra-estruturas essenciais, como melhorias e ampliação do porto do Itaqui, construção de terminais hidroviários, ampliação da malha ferroviária, expansão e diversificação da oferta de energia e expansão da transmissão; ora operando programas de qualidade e produtividade e, especialmente, divulgando a marca Maranhão nos mercados nacional e internacional, inclusive promovendo investimentos e a mobilização de investidores nacionais e estrangeiros.

De seu lado, é dos empresários e inves-



Imperatriz e Balsas: formação de novos empreendedores



tidores a responsabilidade pelo adensamento das cadeias produtivas para as quais o estado é vocacionado, como na área da minero-metalurgia, com projetos de expansão do beneficiamento e industrialização do alumínio, de implantação e irradiação da siderurgia e de pesquisas e beneficiamento de minérios brancos. Na área dos grãos, a expansão e melhoria do plantio da soja e milho, com projetos agroindustriais e industriais. Na construção civil, expandindo e diversificando a produção de cimento, a implantação de usinas de concreto, fábricas de artefatos de cimento, e disseminação e melhoria da qualidade do segmento de cerâmica vermelha. No segmento florestal e madeireiro-moveleiro, projetos de expansão de indústria moveleira de qualidade, de reflorestamento e utilização sustentável dos recursos florestais, dentre outros. Na área da cadeia produtiva da pecuária, projetos de refrigeração e produção de derivados da carne bovina, de produção de couros e calçados e de outros derivados do boi, indústrias de laticínios e de refrigeração e produção de carnes e derivados da carne suína.

Os empresários são convocados, também, a atentarem para a industrialização de frutos e produtos naturais da região e para o aproveitamento das essências naturais e medicinais da Amazônia, e são chamados a integrar-se nos programas de desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com projetos, por exemplo, de fortalecimento da indústria da cachaça, melhorando sua qualidade, de pro-

moção do artesanato voltado para o turismo, de produção e industrialização do mel, de fomento e apoio à pesca artesanal e à exploração artesanal do camarão e do caranguejo, tendo em conta a viabilidade industrial.

Por último, o Plano destaca a importância da diversificação da estrutura econômica e industrial, sugerindo a implantação de pólos de têxteis e confecções, a implantação da indústria petrolífera, a expansão da piscicultura e da maricultura, com beneficiamento, a promoção e desenvolvimento do turismo nos seis pólos turísticos do estado, e o fomento à indústria de aproveitamento da biodiversidade dos ecossistemas do Maranhão.

Trata-se, na verdade, de uma abordagem bastante completa do contexto econômico do estado, direcionada, fundamentalmente, por uma visão de futuro em que o Maranhão apareça, de fato, entre os Estados líderes nos segmentos para os quais apontam suas potencialidades, inserido na economia nacional e internacional, com uma economia competitiva e diversificada.

O Plano é, pois, um conjunto coerente de diretrizes e de propostas que, implementadas, poderão levar o estado ao cenário de prosperidade sustentável desejado, condicionado aos ganhos positivos da economia mundial e brasileira, mas, também e de modo imprescindível, ao esforço organizado e persistente da própria sociedade estadual, mobilizada em torno de um mesmo objetivo, sintetizado em uma visão de futuro.

Ponta da Madeira: vantagem competitiva e vocação para adensamento de cadeias produtivas, em áreas de minero-metalurgia e agronegócios



Arquivo Fiema

ACÇÃO COMPARTILHADA

Reunião da Confederação Nacional das Indústrias em São Luís, no lançamento do Plano Estratégico: mobilização de múltiplos atores

De nada adiantaria produzir um Plano de desenvolvimento sem que houvesse os meios e instrumentos a fazê-lo surtir efeitos práticos. De fato, é uma proposta de trabalho a ser executada por muitos atores, e com especial destaque, o governo, garantidor do ambiente necessário ao sucesso do esforço produtivo; as classes empresariais, representantes do contingente de empreendedores, responsáveis pelo investimento produtivo; a sociedade civil, apoiando, incentivando e principalmente definindo diretrizes e normas que assegurem a viabilidade dos projetos e o interesse social.

A amplitude do campo de atuação e o grande número de atores envolvidos no processo exigem a formação de um consistente capital social, pelo fortalecimento dos sistemas de representação empresarial e pela mobilização das próprias instituições e entidades empresariais, assim como daquelas de governo vinculadas ou não ao setor produtivo, a fim de que se integrem às ações desencadeadas no esforço de implementação.

É nítida a importância de que se multipliquem e fortaleçam as associações industriais e comerciais que, integradas em fóruns regionais, se apliquem sistematicamente no desenvolvimento industrial da região, de acordo com suas disponibilidades de recursos naturais e humanos. É indispensável a divulgação ampla da estratégia de desenvolvimento industrial no âmbito da região, do estado e do país, e até no exterior, quando for o caso. A participação das entidades empresariais, através de fóruns regionais e do Fórum Empresarial do Maranhão, a integração do governo do estado e dos governos municipais, para conhecimento e envolvimento que assegurem as infra-estruturas sociais e econômicas, disponibilizando-as para o investimento produtivo, são fundamentais para a continuidade e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento industrial desejado. O Plano somente será exequível se tiver sucesso o esforço mobilizador do Sistema Fiema junto a todos os agentes econômicos, sociais e políticos do Estado.



Sifema tem nova diretoria

Sindicato será gerido por conselho administrativo

Solenidade de posse no auditório da Fiema: compromisso com a modernização e humanização da atividade

O Sindicato da Indústria de Ferro Gusa do Estado do Maranhão, o Sifema, deu posse a sua nova diretoria, que passará a ser gerido por um conselho administrativo presidido pelo empresário Ricardo Nascimento, ex-presidente da Associação das Siderúrgicas de Carajás, a Asica, que congrega siderúrgicas do Maranhão, Pará e Minas Gerais. Esta é a segunda diretoria da instituição, constituída há dois anos, e que vinha sendo presidida pelo engenheiro Marcos Tintori, com direção executiva do empresário Cláudio Azevedo. A solenidade de

posse foi realizada, no último dia 16, no salão nobre da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, a Fiema, da qual o sindicato faz parte.

Instituído em 2003, o sindicato foi criado com o objetivo de unir a força produtiva e econômica das sete indústrias siderúrgicas atualmente instaladas no Maranhão, implantadas na área de influência do Projeto Carajás. Em conjunto e anualmente, chegam a produzir cerca de 1,5 milhão de toneladas de produtos intermediários entre o minério de ferro

e aço, exportadas principalmente para os mercados dos Estados Unidos, Japão, China, Taiwan, Coréia, Itália e Espanha, o que gera uma ordem de US\$ 400 milhões anuais em divisas e em torno de 20 mil empregos diretos e indiretos, tanto na atividade fim quanto na produção de carvão vegetal, um de seus principais insumos.

Atualmente, o sindicato vem desenvolvendo ações para tornar a produção do ferro-gusa, visto tradicionalmente como predatória, em uma atividade cada vez mais moderna e humana. Para isso, além do cuidado que as siderúrgicas passaram em adquirir melhores insumos, as indústrias não param de investir em novas tecnologias, seja para otimizar o tempo ou os custos de produção. Hoje, três das siderúrgicas já utilizam os benefícios da energia termoeletrica, com o reaproveitamento dos próprios gases produzidos pelo processo siderúrgico. Na mesma linha de reaproveitamento, estão iniciativas como a tecnologia de injeção de carvão pulverizado, ICP, desenvolvido na indústria Viena, e a citerização, que faz com que até 20% da produção da Gusa Nordeste provenha de material reaproveitado.

Mas, um dos principais investimentos das siderúrgicas maranhense em busca da auto-sustentabilidade é o reflorestamento com eucalipto para a produção de carvão vegetal. A meta das siderúrgicas é plantar 15 mil hectares de eucalipto por ano, em áreas anteriormente degradadas. Para melhorar ainda mais seus resultados, as indústrias estão investindo também em tecnologia genética, produzindo árvores clonadas, cuidadosamente cultivadas antes de ganharem os campos.

A relação das siderúrgicas maranhense com seus fornecedores de carvão vegetal é outro ponto de destaque do setor. Em 1999, o Maranhão foi o primeiro estado a assinar um termo de ajuste de conduta com o Ministério do Trabalho para organizar a produção carvoeira. Através desse termo, as siderúrgicas assumiram responsabilidade solidária sobre os

fornecedores de carvão vegetal, dando-lhes condições de um trabalho digno aos produtores. É de responsabilidade das siderúrgicas maranhenses, por exemplo, o fornecimento de equipamentos de segurança individuais, a construção de alojamentos e refeitórios para os trabalhadores, além da fiscalização conjunta com o Ministério do Trabalho do cumprimento das obrigações trabalhistas das empresas produtoras de carvão vegetal. Em 2004, foram mais além. Uniram forças com as indústrias paraenses e criaram o Instituto Carvão Cidadão para fiscalizar e orientar as empresas produtoras de carvão vegetal no Maranhão, Pará e Tocantins.



Ricardo Nascimento: união de forças



Capacidade de 1.806.000 toneladas/ano em um mercado com potencial de 14 milhões de toneladas

AGUSAMARANHENSE

Passada a euforia do início das operações da Alumar e das primeiras exportações do minério de ferro vindo de Carajás, em 1986, a partir de Ponta da Madeira, o Maranhão voltou a ser surpreendido por um produto gerador de um novo pólo industrial: a gusa. Intermediário para a produção de aço e peças fundidas e importante produto de exportação, sobretudo para abastecimento do mercado norte-americano, o ferro-gusa obtido em altos-fornos alimentados a carvão vegetal, não era bem o modelo esperado como produto agregado à grande produção de Carajás. De qualquer maneira, esta poderia ser considerada como uma vocacionada oportunidade da área de influência do Programa Grande Carajás. Instaladas em sua maioria em Minas Gerais e na região sudeste brasileira, as principais empresas produtoras de gusa já há tempo vinham se ressentindo com os altos custos dos fretes marítimos praticadas pelo porto de Vitória, no Espírito Santo, para onde era direcionada a produção destinada ao mercado internacional.

Assim, sob forte incentivos fiscais, os primeiros altos-fornos começaram a entrar em operação no Maranhão já em 1984, quando

em janeiro se deu a inauguração da primeira usina de gusa no povoado de Pequiá, no município de Açailândia: a Viena Siderúrgica do Maranhão S.A, com capacidade nominal de produção para 450.000 toneladas/ano, destinadas principalmente para o mercado norte-americano, além da Europa e Ásia. A ela se seguiram: a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, em janeiro de 1988; a Gusa Nordeste S.A, em 28 de agosto de 1989; a Simasa – Siderúrgica do Maranhão S.A, em 18 de novembro de 1993; a Fergumar – Ferro Gusa do Maranhão Ltda, em 11 de abril de 1995; a Margusa – Maranhão Gusa S.A, em 17 de setembro de 1997; e a Cosima – Companhia Siderúrgica do Maranhão, inaugurada em 18 de outubro de 1997.

Ao todo, sete indústrias espalhadas pelos municípios de Açailândia, Pindaré-Mirim e Bacabeira, num total de 12 fornos de fundição, com capacidade nominal para produzir, juntas, 1.806.000 de toneladas/ano de ferro-gusa para fundição, ferro-gusa nodular e ferro-gusa para aciaria, e potencial para 14 milhões de toneladas/ano, segundo publicação da Metal Bulletin – 2nd Latin American Steel & Iron Ore Conference, em abril de 2000.

Edifício sede da Emap:
compromisso com uma
administração mais ágil
e eficiente



MAIS DO QUE UMA PROMESSA

Edgar Roccha

Mercado por obras e melhorias operacionais nos últimos dois anos, o porto do Itaqui parece caminhar para a sua sonhada vocação: um vetor de desenvolvimento econômico e industrial para o estado

Não é de hoje que o golfo maranhense vem despertando a cobiça e a ambição dos muitos que por aqui aportaram e que fizeram uso de suas águas profundas e relativamente abrigadas. São Luís sempre se destacou por sua posição privilegiada em relação aos principais mercados consumidores do mundo. Principalmente quando visibilizados os Estados Unidos da América e a Europa. Essa proximidade, com rotas relativamente curtas e o medo que os antigos navegadores possuíam em se aventurar nas adversas correntes marítimas das costas do sul do país, aliada à pujante economia sustentada pelo braço escravo, pode ter

sido, com certeza, a grande razão do desenvolvimento da economia maranhense nos primórdios do século XIX, quando a província se mostrava como a segunda maior economia da Colônia. Eram os tempos em que os produtores e comerciantes do Maranhão negociavam diretamente com a Metrópole, principalmente *commodities*, transportadas, aos poucos, em pequenas alvarengas, para os diversos navios que por aqui aportavam.

Na realidade, sempre faltou ao Maranhão um porto que atendesse a sua privilegiada localização geográfica, potencialmente garantida por suas diversidades naturais,

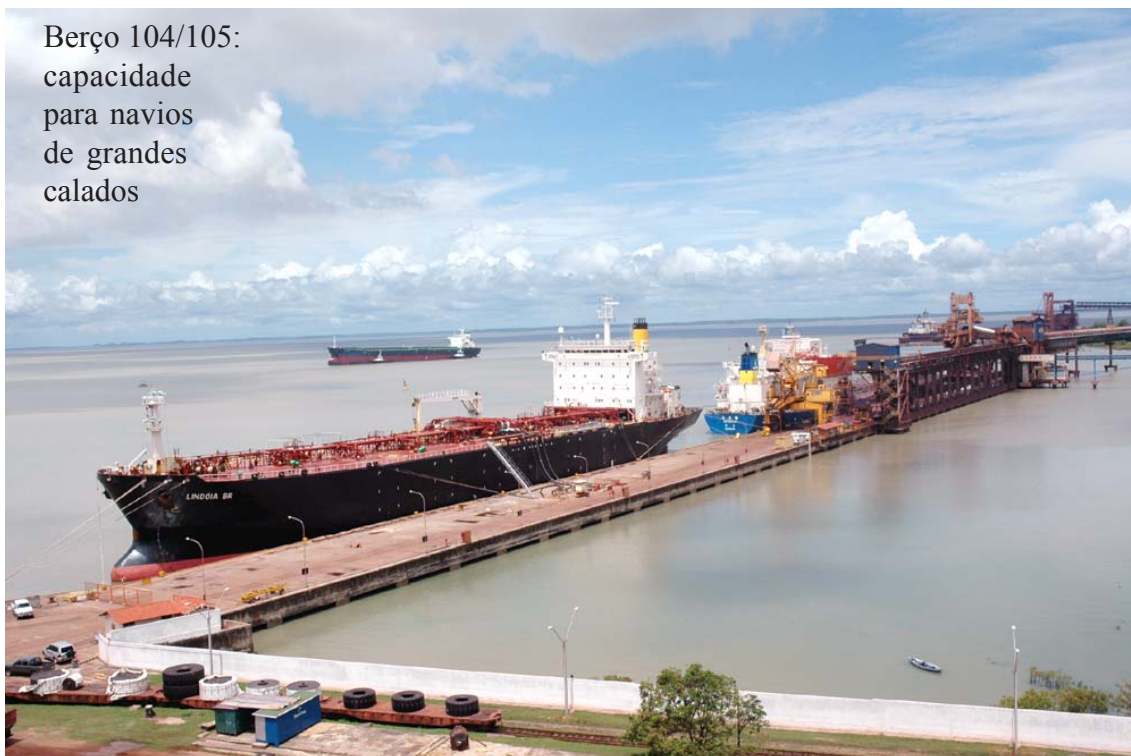
cultural e humana. Não que isso nunca tenha sido sonhado. Inaugurado oficialmente em 1971, com um primeiro carregamento de torta de babaçu, há muito a área do Itaqui, dentro do golfo, vinha despertando o interesse dos vários dirigentes do estado. As suas excepcionais condições hidrográficas, apesar dos teimosos vórtices que assolam a sua bacia de evolução, já geravam pedidos de concessão desde 1918, quando o governo do Maranhão foi autorizado, em 6 de novembro, pelo decreto 13.720, pelo governo central, a construí-lo e usá-lo durante 60 anos. Daí em diante, o porto do Itaqui passou a merecer e a sofrer altos e baixos em sua história ou jornada como a grande obra de infra-estrutura, que viesse a garantir o desenvolvimento tão sonhado.

Hoje, após um processo de estadualização e a conseqüente criação da Empresa Maranhense de Administração Portuária, a Emap, o porto do Itaqui parece viver mais uma fase de sua história. A sua diretoria vem adotando um modelo inovador de gestão, tendo em vista a atração de novos investimentos para o porto e o estado. O desafio é modernizar o Itaqui e incluí-lo na lista dos 15 portos mais importantes do país. Para isso, uma das primeiras providências foi a construção de uma nova sede para a empresa, para dar sustentação a implantação de uma reorganiza-

ção administrativa, bem mais ágil e eficiente. Neste intento foram criadas três coordenadorias: a de Negócios, de Marketing e Comunicação e a de Meio Ambiente e Segurança no Trabalho, que a empresa acredita como altamente positivos para a ampliação da visibilidade do porto, a realização de novos negócios e o reconhecimento nacional da política de meio ambiente, que se tornou modelo entre os portos brasileiros.

Complementando as ações em busca da excelência na prestação de serviços, o Porto do Itaqui está seguindo os passos para a certificação de qualidade ISO 9001:2000, realizada com a ajuda do Senai-MA, o que o nivelará aos mais importantes portos mundiais. Os processos de trabalho nas áreas administrativa e operacional estão sendo automatizados com a implantação do Sistema de Informatização da Gestão Portuária, o que possibilita atendimento mais ágil aos clientes. Com esse foco, a Emap garante que vem investindo em infra-estrutura, facilitando inclusive o acesso ao porto, além de dotá-lo de equipamentos modernos para as operações de carga e descarga e armazenagem. Está sendo construída nova via de acesso ao Itaqui, totalmente sinalizada e pavimentada. Está em construção também o Pátio de Estacionamento de Carretas, com capacidade para 240 carretas e

Berço 104/105:
capacidade
para navios
de grandes
calados





Edgar Rocha

ISO 9001/2000: com a ajuda do Senai-Ma, o Itaqui pretende se nivelar aos mais importantes portos mundias

oferta de vestiário, lanchonete, banheiro e controle de entrada e saída de veículos para maior comodidade e segurança aos caminhoneiros que operam no porto maranhense.

Preocupados com a segurança, agora uma exigência mundial, uma nova portaria foi construída no porto do Itaqui para maior controle do acesso ao local com serviços informatizados. Toda a área está cercada com muro e foram implantados sistemas de alarme e monitoramento como parte do Plano de Segurança Pública do Porto do Itaqui, cujas ações visaram adequar o porto ao ISPS Code (Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias), estando inclusive certificado e apto a continuar com as operações de importação e exportação internacionais. No cais, investimentos na ordem de R\$ 147 milhões contemplarão a construção do berço 100, recuperação dos berços 101 e 102, construção da retro área dos berços 100 e 101 e dragagem dos berços 100 a 103, além da construção do berço 108, exclusivamente para operação de derivados de petróleo em parceria com a iniciativa privada.

E para preparar o Porto para as novas conquistas e o desenvolvimento do estado, já em andamento, vários projetos estão programados para ser implantados. Um deles, que beneficiará a classe empresarial, é o Distrito Industrial Portuário, uma área de 541,92 hectares, localizada próximo ao Itaqui, com oferta de toda infra-estrutura para instalação de indústrias com foco em exportações. De acor-

do com a diretoria, a criação do Distrito Industrial Portuário é uma forma de atrair indústrias, gerando a oportunidade de novos negócios e mais emprego para a população, aumentando também a receita da Emap, já que estas indústrias escoarão suas produções pelo Porto do Itaqui, o que inclusive configura-se em uma grande vantagem para elas, pois estarão instaladas próximas ao terminal.

Um outro grande projeto em andamento é o Terminal de Grãos do Maranhão, o Tegram, que será construído no Itaqui em parceria com a iniciativa privada, para garantir aos produtores de grãos a estrutura de escoamento das futuras safras de soja do sul do Maranhão, uma antiga reivindicação dos produtores que temiam investir em suas terras receando não terem estrutura para armazenar e escoar suas produções. O Tegram, na forma em que está sendo concebido, vai ofertar silos para armazenagem de grãos com capacidade para até 390 mil toneladas em fase plena e carregador de navios de 4.000 toneladas/h. Os produtores contarão também com instalações para descargas ferroviárias e rodoviárias. O projeto está em processo de licitação. Mais de 30 empresas adquiriram o edital, demonstrando interesse em investir no Terminal.



Edgar Rocha

Soja: o Terminal de Grãos do Maranhão é hoje o grande investimento

Espiritismo

Em 1938, fundaram em Penalva um centro espírita. O presidente saiu em campo, explicando as vantagens do espiritismo. Com isso conseguiu muitos adeptos, sendo que Diomar era um deles. Reuniam-se todas as sextas-feiras à noite, em movimentadas sessões.

Contaram-me que em certa noite, à sessão formada, antes de começar a concentração, chegou Raimundo Farias, hoje político, desses que não acreditam em nada, querendo ser mais sabido que os outros. Entrou, deu boa-noite, e perguntou quem era o presidente. Mostraram o senhor Luiz Gonzaga.

“Seu Gonzaga, — disse ele — estou informado de que a gente aqui pode falar com os mortos. Se for possível, gostaria de falar com o meu pai, morto há oito anos”. O presidente perguntou:

- Em que ano seu pai morreu?
- Em vinte de abril de 1930.
- De que morreu?
- De impaludismo.
- Seu nome?
- Miguel Farias.
- Sente-se aí, vou tentar fazer o seu

Farias baixar.

Silêncio profundo. Todos se concentraram em redor da mesa. Não demorou dez minutos, um dos médiuns começou a estrebuchar, dando murros em

cima da mesa. O presidente falou com voz pacífica:

- Diz quem tu és irmão?
- Miguel Farias — foi a resposta.
- Pronto, seu Raimundo. Seu pai está

aí. Entenda-se com ele.

— Boa noite, meu pai. Como vai o senhor?

— Vou bem meu filho. Sofri muito, mas hoje sou um espírito de luz. Como vai tua mãe?

Raimundo, que entrou com o fim de deboche, disse: “Não posso tolerar isso. Vocês são uns embusteiros mentirosos. Entrei aqui para me certificar. Meu pai está vivo”. Nesse momento todos ficaram calados.

Quando Diomar falou: “Meu amigo, afianço que estás enganado. Vivo está o marido de sua mãe. Seu pai verdadeiro é este que baixou na sessão”.

Quando me contaram isto aumentei o ordenado de Diomar.

*Empresário, industrial e escritor nas horas vagas, Bento Mendes nos deixa o legado de três livros onde narra suas experiências, observações e o testemunho de uma época. Com um de seus pequenos contos, pinçado de **Terra Queimada**, esperamos abrir um espaço permanente a todos aqueles de igual talento: privilegiados que são em ver a vida de uma forma lúdica e produtiva.*

Metade das crianças que participaram do programa no ano passado não sabiam ler



Mais leitores

Arquivo Senai

Sesi reduz déficit de leitura entre alunos de comunidade em São Luís

Experiências como a realizada pelo Sesi em parceria com o Governo Federal no Programa Segundo Tempo estão ajudando a minimizar as dificuldades de alunos com a leitura. São Luís é um exemplo disso. Metade das crianças da 1ª e 2ª séries que participaram do programa no ano passado não sabiam ler. Esse índice baixou para 20% em menos de um ano. O Programa tem como objetivo possibilitar a prática esportiva aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, especialmente àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em São Luís, o Serviço Social da Indústria atende 400 crianças com idade entre sete e 10 anos. Elas são, na maioria das vezes, provenientes de escolas comunitárias e residentes em áreas adjacentes do bairro do Araçagi. No bairro está instalado o Sesi Clube, onde as crianças têm reforço escolar; participam de escolinhas de esporte, como futebol e natação; recebem alimentação adequada e cuidados preventivos com a saúde. Em 2004, foram realizados exames clínicos e odontológicos, assim como foram distribuídos de medicamentos da farmácia básica.

Para mensurar os efeitos de algumas

ações desenvolvidas no Programa, o Sesi realizou vários diagnósticos. No levantamento educacional, por exemplo, disse a gerente de Ações Sócio-Culturais do Sesi, Edimildes Nogueira, as conquistas ficaram evidentes: “50% das crianças que cursavam a 1ª e 2ª séries não sabiam ler. Com atenção especial e envolvimento da família, conseguimos reduzir esse índice para 20%”, frisou. A professora Jeane Gomes conta que muitos desses estudantes não conheciam sequer as letras do alfabeto, resultado de uma série de fatores, segundo a professora. Entre eles a falta de acompanhamento dos pais por falta de interesse, tempo, ou mesmo conhecimento, já que muitos são analfabetos. Outro motivo é a falta de qualidade no ensino de muitas escolas comunitárias. As crianças evoluíram também em outros aspectos, como no desenvolvimento de habilidades globais, o que passa pela educação do movimento e percepção motora. Nessas ações, 90% das crianças não possuíam essas habilidades - reduzidas para 20%. Para este ano, o Sesi está aguardando a definição do governo federal para ampliar o atendimento, levando o Programa para o interior do estado.

QUALIFICAÇÃO



SENAI CAPACITA MAIS JOVENS

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial certificou mais 300 adolescentes, entre eles portadores de necessidades especiais e indígenas, através do Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQ). A iniciativa visa, entre outras coisas, qualificar mão-de-obra para permitir não só o acesso ao emprego, mas contribuir para aumentar as chances desse trabalhador permanecer no mercado de trabalho e, conseqüentemente, elevar a produtividade das empresas.

O Plano Nacional de Qualificação é gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas se adequa às diferentes realidades regionais e sociais dos estados e municípios onde é executado. A experiência do Senai, lembrou o diretor regional da instituição, Elito Hora, permitiu que alguns cursos fossem direcionados para comunidades indígenas e pessoas com necessidades especiais. As aldeias de Sardinha, no município de Barra do Corda, e Tarumã, em Amarante, foram capacitadas na cadeia produtiva da mandioca.

“Estamos conscientes de todas as dificuldades para inserção desses jovens no mer-

cado de trabalho e criar ambiente de oportunidades para eles é um desafio diário do Senai. É importante destacar que apenas uma única qualificação não vai solucionar o problema, pois quem dita a regra é o mercado. Por isso é preciso acompanhá-lo”, frisou o diretor regional do Senai, Elito Hora.

Lúcio de Gusmão Lobo Jr., Secretário Estadual de Desenvolvimento Social, ratificou que há competitividade cada vez maior no mundo do trabalho e que esta certificação em mecânica de autos, refrigeração, mecânica de motos, panificação, informática e reparador de circuito de TV, é apenas uma etapa da formação profissional, que precisa ser contínua.



Elito Hora:
desafio diário

Arquivo Senai

Agestão de pessoas como vantagem competitiva

Alfredo Barbeta
Rosângela Guimarães Rosa

A partir da década de 80, com a globalização, a concorrência internacional, a modernização dos meios operacionais e a competitividade, constatamos um significativo impacto sobre o perfil exigido de empregados e sobre as ações desenvolvidas no campo dos recursos humanos, bem como sobre a gestão global das empresas, para que estas possam se inserir no mercado nacional e internacional.

Para entrarmos na concorrência internacional nosso produto precisa ser competitivo em termos de qualidade e de custo, o que leva à necessidade de mudanças não só nos meios operacionais, mas na organização do próprio trabalho e nas práticas administrativas, utilizando-se tecnologia de ponta, informática,

adotando programas de qualidade e certificação em normas internacionais. Essas ações, por si mesmas, já têm impacto sobre os profissionais.

No que diz respeito às pessoas, esse debate tem seu lugar considerando dois aspectos: de um lado os novos padrões gerenciais frente à competitividade internacional e a imperiosidade de se agregar valor aos bens e serviços produzidos sob uma nova e exigente demanda, aspecto que supera a simples gestão da eficiência, colocando executivos, gerentes, diretores, frente a desafios jamais imaginados, que vão da utilização de vários idiomas até ao investimento na eficácia, segundo o valor esperado pelo cliente.

De outra parte, as pessoas que compõem a organização, nos seus diversos níveis, vem, rápida e progressivamente, constituindo-se no maior “patrimônio” de uma empresa, posto que, na era do conhecimento, ou da empresa aprendiz, as informações e os saberes encontram-se exatamente nas pessoas que a partir do seu compromisso, habilidades e competências criam e recriam formas eficientes e eficazes de cumprir metas e gerar resultados.

São elas que fazem a empresa funcionar, executando valores, políticas, planos, estratégias, padrões, etc. São as pessoas, aliadas a diretrizes empreendedoras se constituem em recursos capazes de atrair resultados, melhorar continuamente a performance da empresa e torná-la perene.

A importância das pessoas para as orga-



Edgar Rocha

Alfredo Barbeta: as pessoas constituem o maior “patrimônio” de uma empresa

nizações já é uma realidade conhecida pelas empresas, que buscam parceiros confiáveis de negócios, ágeis, pró-ativas e tecnicamente competentes. Os gestores empreendedores criam e recriam negócios, mas tocá-los e fazê-los acontecer depende diretamente da equipe que trazem consigo, reduzindo com isso os riscos do investimento.

Gerenciar o potencial humano da empresa, desde o seu recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento é, invariavelmente, o maior desafio das empresas na atualidade, pois o sucesso não depende só de vestir a camisa, mas de atrair, escolher, e investir em pessoas que incorporem a idéia do empreendedor, comprometam-se profundamente com o destino da empresa e entendam que o seu futuro depende, em grande parte, da sua capacidade em tornar a empresa lucrativa, de maneira a remunerar o capital investido, reduzir riscos e remunerar-se a si mesmo como empregado.

No Brasil, mais especificamente nas regiões Norte e Nordeste, e no Maranhão, dada as questões históricas, inclusive acerca da migração de mão-de-obra para o sudeste e o sul e da insuficiência de investimentos em educação, esse perfil é raro, exigindo um trabalho cuidadoso, consistente e conseqüente em todas as suas fases, do recrutamento ao desenvolvimento e treinamento.

Essa atuação acaba por trazer dois resultados imediatos: a melhoria constante da performance empresarial, na perspectiva de um produto de classe internacional, e o de promover uma evolução dos negócios, gerando emprego e renda para os preparados e incentivando aqueles que estão fora do mercado de trabalho, por um ou outro motivo, inclusive por terem resistido às mudanças.

Mesmo em conhecendo esta realidade continuamos observando em algumas empresas o tradicional descaso com a administração de pessoas.

Hoje existem resultados de pesquisas



Divulgação

Rosângela Rosa: gerenciar o potencial humano é o maior desafio na atualidade

demonstrando que as organizações que possuem uma administração de pessoas adequada efetivamente alcançam melhores resultados em termos de rentabilidade, produtividade, qualidade, volume de vendas anual por empregado, rendimento por ação, valor de mercado, entre outros. Além disso, a satisfação dos empregados com a organização se reflete em redução de custos, aumento de qualidade e bom atendimento, gerando a satisfação e fidelização do cliente.

A adequada administração de pessoas fornece às organizações uma vantagem competitiva de longo prazo e que é difícil de ser copiado. Por isso, pesquisadores, entre eles Schuler & Jackson (1997), recomendam que as mudanças na área e os investimentos nas pessoas devem começar a ser efetuados imediatamente, uma vez que os resultados são obtidos a médio e longo prazo.

**Alfredo Barbeta é psicólogo, consultor de empresas e professor de Administração de Recursos Humanos do Ceuma e UNDB.*

**Rosângela Guimarães Rosa é psicóloga, consultora de empresas e professora de Psicologia das Organizações da UFMA.*

MEMÓRIA

Cândido Ribeiro & Cia

1894



A implantação do parque industrial têxtil maranhense, no século XIX, se completou em 1894, com a fundação, em 29 de dezembro, da Companhia Industrial Maranhense e da criação da Cândido Ribeiro & Cia. A primeira, com um capital de 250 contos, força de 35 HP e 22 aparelhos de fição, produzia fios, punhos e linhas de pescar. E a segunda, uma união da fábrica São Luís e, posteriormente, da Santa Amélia, fundada em 1895, com 470 HP, 280 teares e 11.800 fusos, onde eram produzidos tecidos riscados e brins. Na época, os seus proprietários anunciavam os brins *Joffre* e *América* e o riscado *Lisboêta* como seus produtos mais afamados, além de outros tipos de tecidos grossos, “segundo as exigências dos mercados”. O orgulho de seus fabricantes se traduzia pelas

premiações conquistadas durante a Exposição de São Luiz (Estados Unidos) e as exposições realizadas no Rio de Janeiro, em 1908 e 1922, quando a Companhia conquistou medalhas de ouro e um diploma de honra ao mérito.

São fabricantes de brins e riscados de algodão

ESPECIALIDADES:

os afamados brins “**Joffre**” e “**América**”
e o riscado “**Lisboêta**”

Fabricam outros tipos de tecidos grossos, segundo as
..... exigências dos mercados

↔↔↔

Côres fixas e padrões variados